



PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS/SP
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E CONTROLE

Processo: PMC.2023.00004553-45

Interessado: Secretaria Municipal de Administração (SMA)

Assunto: Regulamento da Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos) pertinente ao Programa de Integridade.

Sr. Secretário Municipal de Gestão e Controle (SMGC),

Solicita a Secretaria Municipal de Administração análise e avaliação da temática da **regulamentação do Programa de Integridade** de que tratam os arts. 25, § 4º, art. 60, inciso IV, art. 156, § 1º, inciso V e art. 163, parágrafo único da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), a conferir:

Art. 25. (...)

§ 4º Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o edital deverá prever a obrigatoriedade de implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, **conforme regulamento que disporá sobre as medidas a serem adotadas, a forma de comprovação e as penalidades pelo seu descumprimento.**

Art. 60. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes **critérios de desempate**, nesta ordem: (...)

IV - **desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade**, conforme orientações dos órgãos de controle.

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções: (...)

V - **a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade**, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Art. 163. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente: (...)

Parágrafo único. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 desta Lei exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.



PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS/SP
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E CONTROLE

Os bem lançados pareceres dos **DOCs 7494622** e **11384533**, da lavra do Departamento de Ações de Controle Interno e do Núcleo de Licitações da PGM, tornam **despicienda a análise da pertinência da adoção dos parâmetros do Programa de Integridade estabelecidos no Decreto Municipal nº 21.441/2021**, que regulamenta, no âmbito do Poder Executivo Municipal, a aplicação da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública e dá outras providências.

Sob essa premissa e do ponto de vista pragmático, **importa elaborar o regulamento do tema para efeito de aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021** (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

Isso porque **a Lei Anticorrupção e o Decreto Regulamentador Municipal não estabelecem determinações para fins licitatórios**, conforme reconheceu o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo no Exame Prévio de Edital objeto do TC 005796.989.22-6, a conferir a ementa e trecho do Voto do Relator:

EMENTA: EXAME PRÉVIO DE EDITAL. PREGÃO. SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO, IMPLEMENTAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE CRÉDITO/AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO. EXIGÊNCIA DE COMPROMISSO DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PROGRAMA DE INTEGRIDADE OU COMPLIANCE COMO OBJETIVO INSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE AMPARO LEGAL. EXIGÊNCIA DE APLICATIVO PARA PESQUISA DE PREÇOS E PORTAL AOS ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS PARA INSERÇÃO DOS VALORES MÍNIMOS, MÁXIMOS E MARCAS DOS ITENS QUE COMPÕE A CESTA BÁSICA. TESTE DE FUNCIONALIDADE. REQUISITOS. RETRITIVIDADE. CORREÇÕES DETERMINADAS. PARCIALMENTE PROCEDENTE.

(...)

Nada nos autos evidencia que a hipótese se subsuma aos alegados preceitos da Lei Federal nº 12.846/13¹, esta mais conhecida como Lei Anticorrupção e do Decreto Federal nº 8.420/15², em especial porque tais diplomas não estabelecem determinações específicas para fins licitatórios.



PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS/SP
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E CONTROLE

Segundo orientação da Consultoria Zênite, em "Nova Lei de Licitações e as disposições que dependem de regulamentação, Zênite Fácil, categoria Orientação Prática, 20 mai. 2024, disponível em <http://www.zenitefacil.com.br>, acesso em 1º de outubro de 2024, **compete à Administração avaliar cada dispositivo da NLLC, que faz alusão a Regulamento, para definir se tem natureza limitada ou contida**, a saber:

ORIENTAÇÃO PRÁTICA – MAI/2024

NOVA LEI DE LICITAÇÕES E AS DISPOSIÇÕES QUE DEPENDEM DE REGULAMENTAÇÃO

Questão apresentada à Equipe de Consultoria Zênite:

"Quanto da aplicabilidade da **Lei 14.133/2021** é necessário que o órgão antes de começar a aplicar a nova norma tenha regulamentação previa própria ou é possível dar início a sua execução sem a regulamentação? Em caso positivo qual os principais pontos a serem regulamentados para execução da nova **Lei**?"

ORIENTAÇÃO ZÊNITE

Para tratar da indagação formulada pela Administração consulente faz-se necessário, de plano, destacar que a **Lei nº 14.133/2021, em mais de 50 dispositivos sobre temas diversos**, faz remissão a matérias a serem regulamentadas.

(...)

Por sua vez, o Ministro do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso exemplifica situações envolvendo a eficácia da norma:

"... **normas de eficácia plena** são as que receberam do constituinte normatividade suficiente à sua incidência imediata e independem de providência normativa ulterior para sua aplicação. **Normas de eficácia contida** são as que receberam, igualmente, normatividade suficiente para reger os interesses de que cogitam, mas prevêm meios normativos (leis **integradoras**, conceitos genéricos etc.) que lhes podem reduzir a eficácia e aplicabilidade. Por último, **normas de eficácia limitada** são as que não receberam do constituinte normatividade suficiente para sua aplicação, o qual deixou ao legislador ordinário a tarefa de completar a regulamentação das matérias nelas traçadas em princípio ou esquema."²

(...)



PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS/SP
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E CONTROLE

Diante do exposto, conclui-se, primeiro, que a Lei nº 14.133/2021 está vigente e é aplicável, desde 01.04.2021. Algumas disposições para as quais a Lei nº 14.133/2021 remete a regulamentação possuem eficácia limitada, logo, a sua aplicação depende da expedição de regulamento. Nesse sentido, cita-se, como exemplo, a previsão contida no seu art. 20.

Não obstante, a Lei nº 14.133/2021 também faz alusão a regulamentos que não são indispensáveis para sua aplicação, a exemplo do disposto no seu art. 8º, § 3º.

Em vista disso, cumpre avaliar detidamente, cada dispositivo para o qual a Lei nº 14.133/2021 faz alusão a regulamento e definir a natureza de sua eficácia, se limitada ou contida.

A respeito dos principais pontos a serem regulamentados, sem a pretensão de esgotar o assunto, pode-se citar: Atuação dos agentes (art. 8º, § 3º); Plano de Contratações Anual (art. 12, inc. VII); Catálogo eletrônico de padronização (art. 19, inc. II); Processo de padronização e soluções baseadas em **software** de uso disseminado (art. 43, § 2º); Bens de consumo e de luxo (art. 20); Pesquisa e estimativa de preços (art. 23, §§ 1º e 2º); **Programa de Integridade** (art. 25, § 4º); Utilização de percentual de mão de obra (art. 25, § 9º); Margem de preferência para bens reciclados (art. 26, inc. II); Leilão (art. 31); Custos indiretos, ciclo de vida e menor dispêndio (art. 34, § 1º) e Avaliação de desempenho contratual (art. 36, § 3º e art. 88, § 3º).

(...)

Nesse prisma, **sobretudo o art. 25, § 4º, da NLLC carece de regulamento** “que disporá sobre as medidas a serem adotadas, a forma de comprovação e as penalidades pelo seu descumprimento.”

Sob esse enfoque, elaboramos **Minuta de Decreto** anexa (**DOC 11850456**), que regulamenta, no âmbito da Administração Pública Direta do Município de Campinas, a adoção, a forma de comprovação e as penalidades pelo descumprimento do Programa de Integridade de que tratam os arts. 25, § 4º, art. 60, inciso IV, art. 156, § 1º, inciso V e art. 163, parágrafo único da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), que **merece ser submetida ao crivo da Secretaria Municipal de Administração e da Procuradoria-Geral do Município (PGM) – Procuradoria de Licitações e Contratos (PLC) Núcleo de Licitações (NL) e Núcleo de Contratos e Ajustes Públicos (NCAP)**, responsável pela aplicação de penalidades.

Como subsídio, além de outros, utilizamos o Estudo Técnico sobre a Promoção da Integridade com base em Risco conforme a Nova Lei de Licitações e Contratos



PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS/SP
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E CONTROLE

Administrativos (Lei nº 14.133/2021), do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), que julgamos pertinente apensar aos autos (DOC 11850820).

À apreciação de V. Sa.

Campinas, 5 de agosto de 2024.

FERNANDA DO AMARAL ZAITUNE

Procuradora Municipal

OAB/SP nº 134.974